



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO DE PETICIONÁRIOS

PETIÇÃO N.º 184/XIV/2.ª

XIV LEGISLATURA

2.ª Sessão Legislativa

Dia: 17 de fevereiro de 2021

Hora: 12.00

Sala: 3, com inclusão de videoconferência

Entidade: 1.º Peticionário da Petição n.º 184/XVI/1.ª [Telmo André dos Santos Gomes], Cristina Campos, Ângela Cardoso, Jorge Ferreira e José Maia.

Assunto: Pelo regresso dos casamentos e cerimónias equiparadas

Deputados presentes: Deputados Isabel Pires (BE), relator, Cristina Mendes da Silva (PS), Márcia Passos (PSD), Bruno Dias (PCP).

Preocupações expressas: Os peticionários começaram por agradecer a possibilidade de serem ouvidos em audição, e informaram que a delegação era constituída pelo Senhor Telmo Gomes, Cristina Campos, Ângela Cardoso, Jorge Ferreira, José Maia. O peticionário Telmo Gomes deu conta que era empresário do ramo de vestuário para cerimónias, tendo de imediato explicado as vicissitudes sofridas decorrente dos constrangimentos exigidos ao desenvolvimento da atividade económica inerentes à crise pandémica Covid-19. Referiu que o setor se encontra parado à cerca de um ano, com as inerentes consequências económicas, financeiras e laborais, nesse sentido considerou que os apoios concedidos pelo Governo são escassos e que não estão devidamente direcionados na resolução dos problemas. Apresentou a sua situação, em particular, destacando que no seu caso apenas tem acesso ao *lay-off* por não ter histórico de atividade, dado que adquiriu, recentemente, a sociedade que gere. Defendeu que a solução para o setor passa pela abertura da atividade no curto-prazo. Explicou que a retoma da atividade assenta na realização de eventos em segurança sanitária e em coordenação com a Direção Geral de Saúde (DGS). Igualmente, defendeu a utilização de testes rápidos e o uso de sistemas de filtragem de ar em espaços fechados e em eventos, com o fim de prevenção sanitária e de combate ao vírus fora do hospedeiro. Observou que o objetivo da Petição não se centra na solicitação de apoios monetários para o setor, mas alertar para a necessidade da

retoma da atividade económica. Afirmou, que o setor labora de forma sazonal, planeando os eventos com um ano de antecedência, sendo que a liquidez financeira só é garantida passado alguns meses após a concretização dos eventos.

O peticionário José Maia passou a explicar a sua atividade profissional, referindo gerir um espaço de realização de eventos. Considerou ser fundamental a retoma da atividade económica, sugerindo a aplicação de testes rápidos de despistagem ao Covid-19 na realização dos eventos. Igualmente, sugeriu a aplicação no setor do Turismo da comprovação de vacinação como meio de garantia sanitária no usufruto de eventos sociais e culturais. Observou que o setor económico associado aos festivais tem estado a promover, em colaboração com a DGS, a possibilidade de criação de bolhas seguras a aplicar aos eventos no decurso do ano, viabilizando assim a sua atividade. Argumentou que seria benéfico a aplicação de semelhante ideia aos casamentos e cerimónias equiparadas.

Usou da palavra a Senhora Deputada Márcia Passos (PSD), que, após cumprimentar os peticionários, referiu que a atual situação económica decorre da pandemia associada à Covid-19, e referiu que ninguém gostaria de tomar medidas de confinamento e restritivas ao desempenho das atividades socioeconómicas. Explicou que a finalidade das atuais é prevenir a transmissão da doença, sendo um imperativo de segurança pública. Considerou ser urgente o Governo transmitir uma palavra de apoio e esperança aos empresários. Manifestou curiosidade acerca da possibilidade de os agentes económicos serem agentes de saúde pública, contribuindo para quebrar as cadeias de contágio, referindo, por último, ser um relevante contributo para reflexão.

Por sua vez, a Senhora Deputada Isabel Pires (BE), após cumprimentar os peticionários, agradecendo a petição apresentada, teceu considerações sobre a necessidade de planeamento do setor e os hiatos temporais entre as solicitações dos clientes e as encomendas aos diversos fornecedores, e de imediato questionou:

- Quais as perspetivas de como e quando ocorrerá a retoma da atividade;
- Foram estabelecidos contatos com o Ministério da Economia e da Transição Digital e o Ministério da Saúde, e quais as reações às propostas apresentadas;
- Qual o entendimento acerca das propostas para a concretização dos festivais musicais;
- Para além do *lay-off* simplificado, que outros apoios poderiam responder às necessidades do setor.

Também o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) cumprimentou os peticionários, felicitou a iniciativa, a qual considerou bastante pertinente, e destacou compreensão pela difícil situação económica com que se debate o setor. Observou que as atividades associadas a cerimónias e a eventos necessitam de devida previsão. Elucidou acerca da

forte relevância do setor do turismo no mercado interno de eventos e cerimónias, nomeadamente a procura do nosso país por estrangeiros para a concretização de casamentos e outras cerimónias. Nesse sentido, questionou qual o peso da procura estrangeira no mercado das cerimónias e eventos, e salientou o forte potencial de criação de valor económico que a atividade propicia. Prosseguiu, questionando que interações tem ocorrido entre o Ministério de Economia e Transição Digital e as diversas organizações e associações representativas do setor, assim como as micro, pequenas e médias empresas do setor. Por fim, também pretendeu averiguar que dificuldades têm ocorrido no acesso e materialização dos fundos disponibilizados.

A Senhora Deputada Cristina Mendes da Silva (PS) solicitou a palavra para cumprimentar os Peticionários, referiu que o GP PS está atento à realidade económica com que se deparam os diversos setores de atividade. Salientou preocupação com todos os empresários e profissionais envolvidos, direta e indiretamente, com casamentos e cerimónias equiparadas. Abordou a relevância da realização de eventos em Portugal por parte dos emigrantes, contribuindo para o desenvolvimento das economias locais. Sublinhou estar atenta à situação, referiu, que no âmbito dos trabalhos da Comissão, ser fundamental encontrar soluções e demonstrou especial interesse em acompanhar a evolução dos acontecimentos.

Tornou a usar da palavra a peticionária Cristina Campos para agradecer a oportunidade para exprimir as dificuldades e as pretensões do setor. Deu conta da difícil situação que enfrenta a sua empresa, focada na comercialização de vestidos de noiva. Esclareceu que os casamentos agendados para o ano de 2020 estão a ser adiados para 2022, tal facto determina a paragem de atividade pelo período de dois anos, como tal torna insustentável a manutenção do negócio. Referiu que com a atual situação a sua empresa se transformou numa sociedade de crédito e armazenagem de vestidos de noiva, em que os vestidos destinados aos casamentos de 2020 continuam em stock e a aguardar os respetivos pagamentos por parte das clientes. Fez menção que a mão de obra empregue na sua área de atividade é altamente especializada, como tal considerou ser fundamental garantir a manutenção dos postos de trabalho de modo a viabilizar a espetável retoma de atividade das empresas. Demonstrou desagrado com o conjunto de medidas promovidas pelo Governo, culminando por as considerar avulsas e desorganizadas. Referiu que o Governo deve pautar a sua atuação promovendo a criação de medidas preventivas em vez de medidas reativas. Também observou que não basta combater a pandemia Covid-19, devendo ocorrer uma preocupação com a garantia de manutenção das atividades económicas e dos respetivos rendimentos. Sugeriu a criação de um gabinete de crise para o setor, a criação de um regulamento que acautele a retoma de atividade e a definição concreta de prazos.



Solicitou a palavra o peticionário Telmo Gomes para elucidar que o setor apresenta quebras na faturação na ordem dos 60% a 70%. Fez referência às dificuldades de acesso, por parte das empresas do setor, ao programa apoiar e a outras linhas de crédito publicitadas pelo Governo, culminando, salientou que o que pretendem não é obter apoios, mas que ocorra a retoma da atividade.

Por fim, o peticionário José Maia explicou já ter ocorrido uma reunião com o Secretário de Estado Adjunto e da Economia que, por sua vez, mencionou que iria redirecionar as pretensões dos representantes do setor para o Ministério da Saúde, porém sem qualquer desfecho.

Finalmente, a Deputada relator agradeceu aos peticionários e informou-os dos trâmites subsequentes na apreciação da petição.

Palácio de São Bento, em 22 de fevereiro de 2021

O Assessor da Comissão

(Luís Marques)